



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Gabriela Galeazzi Avolio

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EM CONTEXTO URBANO:
A FÁBRICA DE ALCATIFAS NA LOUSÃ

Dissertação I intitulada “Patrimônio Industrial em Contexto Urbano:
A Fábrica de Alcatifas na Lousã”, realizada no âmbito do Mestrado em
Reabilitação de Edifícios, sob a orientação do Professor Doutor José António
Raimundo Mendes da Silva e pela Professora Doutora Sofia Aleixo e apresentado
à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Julho de 2023

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
Departamento de Engenharia Civil

Gabriela Galeazzi Avolio

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EM CONTEXTO URBANO: A FÁBRICA DE ALCATIFAS NA LOUSÃ

INDUSTRIAL HERITAGE IN URBAN CONTEXT: LOUSÃ'S CARPET FACTORY

Dissertação I do Mestrado em Reabilitação de Edifícios,
orientada pelo Professor Doutor José António Raimundo Mendes da Silva e pela Professora Doutora Sofia Aleixo.

Esta Dissertação é da exclusiva responsabilidade do seu autor. O Departamento de Engenharia Civil da FCTUC
declina qualquer responsabilidade, legal ou outra, em relação a erros ou omissões que possa conter.

Julho de 2023

1 2  9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Resumo

A arqueologia industrial surgiu em meados do século XX como resposta à desindustrialização e à destruição de importantes testemunhos. Organizações como ICOMOS, UNESCO e TICCIH desempenharam um papel fundamental na preservação desse património e forneceram orientações para intervenções nesse campo. Em Portugal, embora existam lacunas legais, organizações como a APPI têm trabalhado para proteger e valorizar o património industrial, contribuindo para seu reconhecimento cultural e revitalização econômica em diversas regiões afetadas pela desativação industrial.

A investigação e catalogação desempenham um papel fundamental na preservação da história industrial do país e é a contribuição que se busca com o estudo do legado da Fábrica de Alcatifas, localizada no município da Lousã, onde outrora exerceu um forte impacto social e econômico. A esse exemplar se acrescenta o desafio significativo de se situar em contexto urbano, mais especificamente no centro histórico da cidade. Chega-se sequencialmente à questão crucial de como garantir que os espaços subutilizados da fábrica se relacionem e se reintegrem com seu entorno urbano.

Conceitos-chave: Arqueologia industrial; Preservação; Contexto urbano; Reintegração social e econômica.

Abstract

Industrial archaeology emerged in the mid-20th century as a response to deindustrialization and destruction of significant industrial sites. Organizations such as ICOMOS, UNESCO, and TICCIH have played a pivotal role in preserving this heritage and providing guidelines for interventions in this field. In Portugal, despite legal gaps, organizations such APPI have been working to protect and cherish industrial heritage, contributing to its cultural recognition and economic revitalization in different regions affected by industrial decline.

Research and cataloging play a crucial role in preserving the country's industrial history, and that's precisely the contribution sought in the study of Carpet Factory's legacy, located in Lousã, where it once had a strong social and economic impact. This particular case presents the significant challenge of being located in an urban context, specifically in the city's historic center. Then comes the crucial question of how to ensure that the factory's underutilized spaces relate and reintegrate with their urban surroundings.

Key concepts: Industrial archaeology; Preservation; Urban context; Social and economic reintegration.

LISTA DE ABREVIATURAS

APPI - Associação Portuguesa para o Património Industrial

APAI - Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial

ARU - Área de Reabilitação Urbana

CoE - Council of Europe

DOCOMOMO - Documentation and Conservation of building, sites and neighbourhoods of the Modern Movement

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO GERAL	5
2. OBJETIVOS	6
3. A PROBLEMÁTICA: PATRIMÓNIO INDUSTRIAL URBANO	7
3.1. Património industrial urbano e seus valores.....	7
3.2. Preservação do património industrial urbano e seus desafios	8
4. METODOLOGIA.....	8
5. O OBJETO DE ESTUDO	10
5.1. Contextualização geográfica	10
5.2. Caracterização preliminar do objeto de estudo.....	12
5.3. História da Fábrica.....	15
6. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21
7. NOTA FINAL	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24
ANEXOS	23
ANEXO A: Catálogo de imagens	
ANEXO B: Estrutura provisória de desenvolvimento do trabalho	

1. ENQUADRAMENTO GERAL

O interesse pela preservação do património industrial terá tido início em Inglaterra em meados do século XX como resultado do fenómeno de desindustrialização e com a demolição de importantes testemunhos – destaque a destruição, em 1962, da Euston Station, pórtico neoclássico do terminal londrino construído em 1838 (BUCHANAN, 1972). A emergência da arqueologia industrial como disciplina foi marcada pela fundação importantes organizações, como ICOMOS, UNESCO, CoE, e em particular o The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), emissores de recomendações sob a forma de carta e convenções que orientam as intervenções neste património específico.

A abordagem multidisciplinar que exige a investigação de testemunhos ligados ao processo de industrialização – envolvendo arquitetura, antropologia, sociologia, história (social, do trabalho, econômica, das ciências da técnica, da engenharia, da arte, da arquitetura, do desenvolvimento das cidades etc.) - evidenciou a necessidade de aproximação entre investigador e arqueólogo, tendo em vista a comum busca de informações de diversas naturezas.

Atualmente, apesar de consagrado, cabe aqui definir o conceito e exercício de arqueologia industrial. Segundo a Carta de Nizhny Tagil, apresentada ao ICOMOS e aprovada pela UNESCO, em 2003, trata-se de um “(...) método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais. ”

Dessa forma, reafirma-se a definição clássica de arqueologia como "a recuperação, descrição e estudo sistemáticos da cultura material do passado" privilegiando, como fontes, os testemunhos materiais. Entretanto, comumente trata-se de uma "arqueologia de cota positiva", como se refere José M. Amado Mendes (MENDES, 1995), embora ocasionalmente recorra-se as escavações.

Apesar do significativo progresso alcançado, é possível observar uma lacuna considerável no que diz respeito ao quadro legal. Em relação a Portugal, não existe uma definição específica para o património industrial, tampouco orientações e recomendações para o tratamento adequado em caso de intervenções.

Conforme estabelecido de forma abrangente no Art. 1º da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho (LEIS, 1985), dedicada ao património cultural português, “O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.”

Embora não especificado na legislação, são crescentes as catalogações bem como os casos bem-sucedidos de valorização da memória industrial acompanhadas de intervenções no testemunho em questão. Um exemplo notável é o Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, localizado em Covilhã, cujo objetivo principal é salvaguardar a área da Real Fábrica de Panos, manufatura estatal fundada pelo Marquês de Pombal em 1764 e classificada como Imóvel de Interesse Público.

A criação posterior da Associação Portuguesa para o Património Industrial (APPI) em 1997 demonstra os esforços realizados para fomentar o estudo e a investigação arqueológica do património industrial associados ao desenvolvimento económico e cultural no país. Como representante do TICCIH em Portugal, a APPI tem como objetivo principal assegurar a proteção, salvaguarda e valorização do património industrial, cooperando com entidades oficiais ou particulares fornecendo suporte nas decisões relacionadas ao património em questão.

Portugal possui significativos testemunhos de sua trajetória industrial, os quais devem ser investigados e protegidos, visando a sua transmissão para as próximas gerações. A conjugação de esforços de profissionais de diversas formações possibilitará não apenas a catalogação desse notável património, mas o relançamento económico e social de extensas zonas comumente afetadas pela desativação das atividades que ali aconteciam.

2. OBJETIVOS

Pretende-se, a partir do suporte teórico supracitado, estudar o caso da Fábrica de Alcatifas, localizada na Lousã, fundada nos anos 60 do século XX e desativada em 2006. Na presente dissertação procurar-se-á:

1. Compreender a Fábrica na sua escala global e na sua inserção no território urbano (componente urbana);

2. Compreender os edifícios, suas características e cronologia construtivas e seu estado de conservação (componente arquitetônica);

3. Investigar, de acordo com a literatura e utilizando a memória ainda passível de ser recolhida, as vivências passadas e as perspectivas de futuro, para promover a sugestão de novas possibilidades e estratégias de ocupação de alguns dos edifícios (componente exploratória).

Paralelamente, e como suporte de análise espaço-funcional e material da Fábrica, e ainda na expectativa de encontrar possíveis novos usos para a estrutura existente, pretende-se efetuar um levantamento geométrico minucioso bem como o desenvolvimento de proposta de projeto para um recorte espacial estabelecido.

3. A PROBLEMÁTICA: PATRIMÓNIO INDUSTRIAL URBANO

3.1. Património industrial urbano e seus valores

A investigação acerca do património industrial é um campo interdisciplinar por excelência. O envolvimento de domínios do saber tão diversos como a história e a história da arte, a cultura material, a comunicação científica e técnica, o desenvolvimento urbano, a arqueologia, a conservação e o restauro, o turismo cultural e a etnologia, capacitam o objeto, que já não possui utilidade prática, de uma sobrevida.

Ao longo dos anos uma nova consciência acerca dos valores do legado industrial foi se consolidando. Assim, tanto a investigação como o desenvolvimento, isto é, a reabilitação de antigas estruturas e equipamentos, o turismo cultural, o ensino e aprendizagem, tornaram-se fatores agregadores de diversos tipos de valores a esses testemunhos. O historiador José Amado Mendes destaca quatro desses valores nos seus escritos (MENDES, 1995): o valor simbólico e associativo; o valor informacional ou documental; o valor econômico; e o valor estético.

A fim de identificar esses valores associados é necessário considerar a diversidade de modalidades de informações presentes no objeto de estudo em questão, dentre os quais: as estruturas (desde a unidade produtora até os bairros operários e seus locais de lazer); o meio de transporte, a fonte de energia e o meio de comunicação utilizados; os equipamentos e maquinários; a evolução da paisagem cultural; os arquivos, fotografias e relatos orais; o catálogo de produtos; e a matéria-prima e sua origem.

3.2. Preservação do património industrial urbano e seus desafios

Apesar da nova consciência acerca dos valores do legado industrial, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados. Segundo Deolinda Folgado (FOLGADO, 2004), “o património industrial pertence ao domínio da memória não autorizada, lidando Portugal, de uma forma muito distanciada, com esta materialidade não codificada com os objetos que devem perpetuar um devir temporal.” São, assim, constantes os casos em que se investiga os aspectos relacionados com valores formais e arquitetônico dos edifícios ignorando quase completamente o património integrado, como bens móveis e articulações com o território e meio social.

Além disso, em países com grande diversidade de monumentos e sítios considerados património industrial, o processo de inventariação e catalogação consiste em uma tarefa de difícil concretização. Esse fator contribui com a intensificação dos riscos constantes de demolição a que estão sujeitas essas construções com vista à substituição por novos edifícios. Esses riscos são ainda mais acentuados dependendo da tipologia e localização do objeto em questão. Para conter esse processo, uma dessas tendências consiste na reconversão do testemunho industrial a preservar, isto é, conferir novas finalidades.

A reutilização como fenômeno de salvaguarda também consiste, no entanto, em um difícil desafio. Sobre esse aspecto, Folgado (2004; p.28) afirma que: “Afastando-se da sua função inicial, estes espaços, ao serem adaptados a novas funções e perpetuarem, em simultâneo, a “aura” que lhes confere o direito de passaporte para o futuro, têm de ser considerados como “monumentos” portadores de referenciais significantes. A sensibilidade terá de estar aliada ao conhecimento e inscrita em procedimentos patrimoniais e urbanísticos”.

4. METODOLOGIA

O trabalho será realizado em quatro momentos principais:

1. Levantamento histórico

Diante da escassa fonte escrita sobre a história da Fábrica, será necessária a busca de fontes alternativas para obter informações cruciais a respeito das componentes visadas. Nesse sentido, a busca pela fonte oral já foi iniciada com o sócio proprietário, Luiz Carvalho, e

Virgílio, ex-funcionário da fábrica, que demonstraram disponibilidade em contribuir com dados relevantes.

Além disso, outra abordagem consistirá na investigação de fontes jornalísticas e publicitárias da época, as quais podem conter registros valiosos sobre a fábrica e suas atividades. Adicionalmente, o acesso a arquivos do Município ou da Câmara Municipal também se mostra promissor, pois pode conter documentos e registros relacionados com a empresa.

2. Levantamento arquitetônico

Em um primeiro momento foi realizado um levantamento genérico in loco dos edifícios que compõem o complexo. A seguir, pretende-se investigar a cronologia construtiva e identificar a evolução dos usos e produtos fabricados em cada espaço. Essa etapa é intimamente interligada com a etapa do levantamento histórico tendo em vista a identificação de elementos arquitetônicos típicos de determinada época, identificação dos maquinários ali presentes que dão indícios dos antigos usos, além da imprescindível fonte de pesquisa sobretudo de forma oral.

Por fim, pretende-se avançar para um levantamento geométrico minucioso dos espaços externos e internos do recorte estabelecido, identificando as principais características e, de maneira global, o estado de conservação. O resultado desse processo de pesquisa será sintetizado em um catálogo inspirado na base SIPA - Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetônico, oferecendo uma visão global e abrangente dos espaços estudados.

3. Identificação dos valores associados à fábrica

A partir do embasamento teórico obtido a partir da leitura das principais referências bibliográficas, será feita uma análise das informações obtidas na etapa anterior. Desta forma, pretende-se entender e identificar os valores associados à fábrica.

4. Conclusão sobre ações de salvaguarda do objeto de estudo

A última etapa consistirá em uma análise global do objeto de estudo, considerando sua inserção no território e possibilidades funcionais. Pretende-se identificar ações de salvaguarda que permitam preservar a fábrica e seu legado com o intuito de reintegrá-la de forma significativa e sustentável no contexto urbano em que se encontra.

O estudo, portanto, visa uma abordagem abrangente, combinando trabalho de campo e consultas bibliográficas, a fim de obter um embasamento teórico sólido que sustente a interpretação dos dados observados. A conclusão consistirá em um exercício de projeto e reflexão a partir do conhecimento obtido ao longo do processo.

5. O OBJETO DE ESTUDO

5.1. Contextualização geográfica

O município da Lousã situa-se na Região Centro do País e compõe a Grande Área Metropolitana de Coimbra, que engloba os concelhos de Coimbra, Figueira da Foz, Cantanhede, Montemor-o-Velho, Condeixa-a-Nova, Mealhada, Penacova, Miranda do Corvo, Mira, Soure, Tábua, Mortágua, Vila Nova de Poiares, Penela e Góis. Com uma população de 17.606 habitantes (censos 2011) distribuída em uma área de 138,4Km², Lousã apresenta uma reduzida concentração populacional, de aproximadamente 78hab/Km² - valor idêntico à densidade populacional da Região Centro. (CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ, 2016)

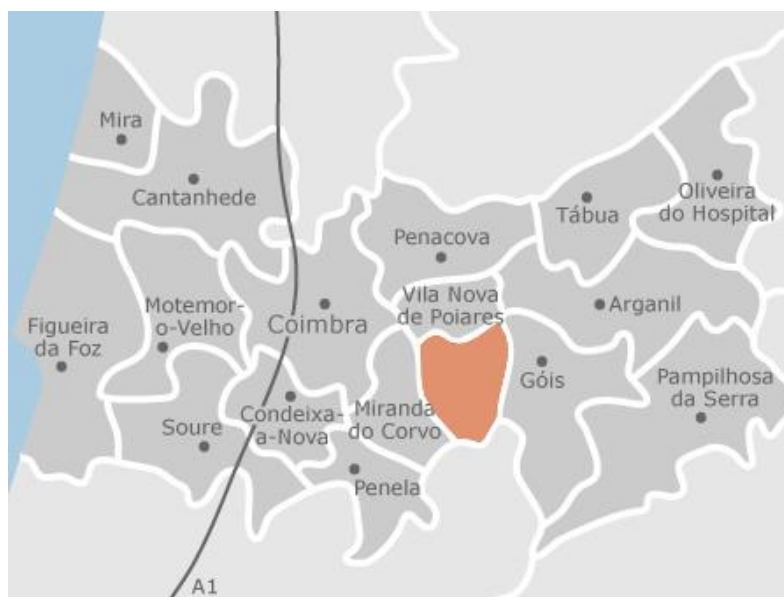


Figura 1: Localização do Concelho da Lousã no Distrito de Coimbra

A tradição do município no ramo industrial remonta ao próspero século XVIII quando foi fundado o Engenho de Papel do Penedo, que rapidamente ganhou prestígio em toda a região. Posteriormente, no ano de 1906, a inauguração do caminho-de-ferro veio a romper o isolamento com Coimbra, incentivando o desenvolvimento econômico da vila e abrindo novas possibilidades de transporte e comércio. Em 1924, foi inaugurada a energia elétrica,

revolucionando as atividades locais e a qualidade de vida da população. (CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ, 2016)

A vila tradicional circunscrevia-se em torno do largo da antiga Matriz -hoje desaparecida-, dos Paços do Concelho e do Tribunal que, atualmente, recebem os nomes de Rua Viscondessa do Espinhal, Rua do Movimento das Forças Armadas e Rua Nova. Ao longo do tempo a zona tornou-se centro econômico e social da cidade, abrigando edifícios de interesse público. Em reconhecimento da importância histórica dessas ruas e considerando tanto as deficiências e potencialidades presentes, em 2016, foi delimitada a Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano da Vila da Lousã, abrangendo as ruas que remontam à origem da vila.

A proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana tem como objetivo promover uma intervenção integrada através de uma Operação de Reabilitação Urbana. Dentre os desafios apontados está a necessidade de reconversão funcional e revitalização do tecido empresarial local, além da reabilitação do edificado a fim de preservar a sua identidade histórica. Ocupando uma significativa área do perímetro da ARU, tem-se, conforme indicado no mapa abaixo (sinalizado em azul), o objeto de estudo do presente trabalho: a Fábrica de Alcatifas.

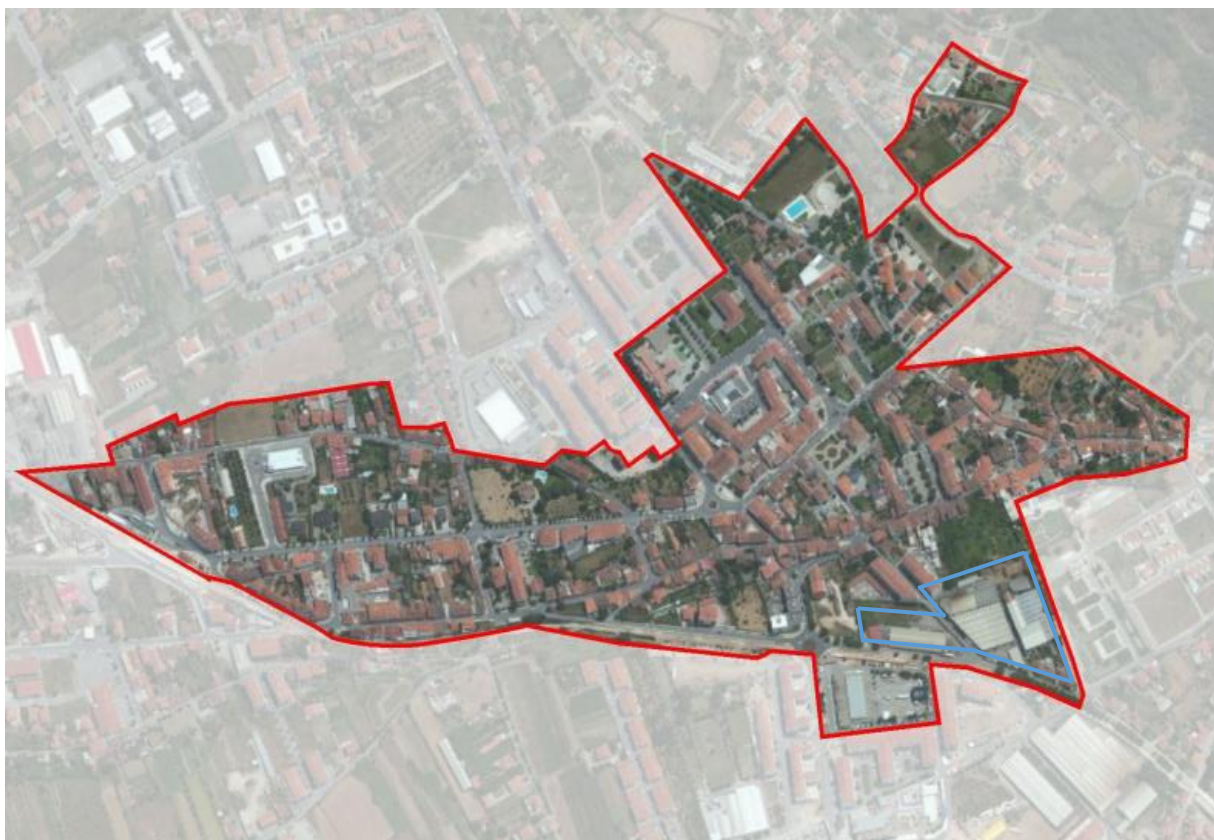


Figura 2: Área de Reabilitação Urbana do Plano de Regeneração Urbana da Lousã. Destaque acrescentado pela autora.

Fonte: Câmara Municipal, Lousã, 2016

Anualmente, o trecho do terreno a céu aberto do complexo fabril recebe eventos típicos, como as Festas de São João. Além disso, os proprietários disponibilizam dois espaços internos a terceiros, um para armazém e outro para pequeno negócio de mecânica de automóveis. Embora não seja considerado abandonado, tendo em vista algumas manutenções pontuais e os usos ocasionais, é evidente que os espaços da Fábrica estão subutilizados. Essa situação, considerando sobretudo a vastidão do terreno e a dimensão dos edifícios, contribui para o esvaziamento do centro histórico e, conseqüentemente, para a perda de seu protagonismo na vila.

5.2. Caracterização preliminar do objeto de estudo

A partir do reconhecimento e preliminar mapeamento dos edifícios que compõem o empreendimento da família Carvalho, foi estabelecido um recorte espacial a fim de aprofundar os estudos. Pela configuração e composição dos edifícios, o espaço que compreende o perímetro formado pela Rua Industrial Manuel Carvalho; Rua Fernando Vale Médico e Rua Combatentes da Guerra – que recebe, aqui, a denominação de “quarteirão fábrica” – é constituído por dois amplos blocos de produção fabril, oito unidades residenciais e edifícios anexos com funções diversas.

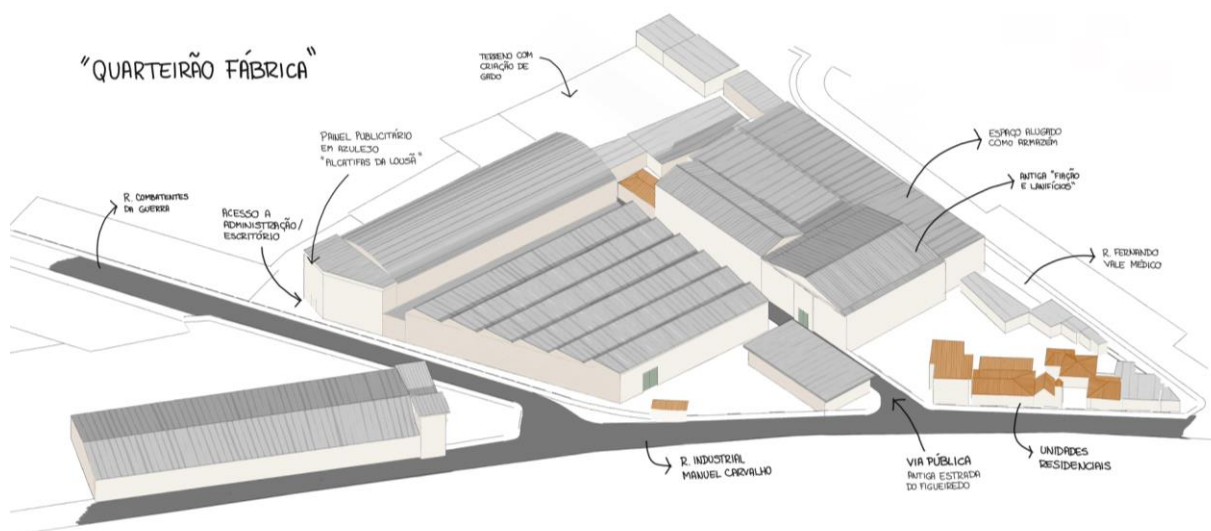


Figura 3: Desenho esquemático do "quarteirão fábrica"

O edifício principal da antiga fábrica de alcatifas foi construído em concreto e é subdividido em 2 amplos espaços, divisão evidenciada através da setorização interna, alteração do estilo da cobertura e gabarito. A primeira secção, marcada pelo painel em azulejo publicitário português,

com desenho de autoria de Vasco Berardo, possui, protegendo o átrio, uma cobertura metálica de quatro águas e, ao longo do extenso corpo do edifício, cobertura metálica em arco.



Figura 4 fachada frontal da Fábrica com painel em azulejo. Fonte: registro da autora (2023)



Figura 5 Monumento em homenagem ao empreendedor Manuel Carvalho. Fonte: registro da autora (2023)

Na segunda secção, por sua vez, optou-se por uma cobertura metálica do tipo “dente de serra”. Essa escolha se deve, provavelmente, à utilização de maquinários de grande porte e acesso de caminhões - ainda existentes - nesse espaço, o que indica a necessidade de um ambiente amplo, sem pilares intermediários e, conseqüentemente, de uma cobertura leve que suportasse as grandes dimensões desse vão livre. Externamente, este bloco é ladeado por duas pequenas e simples construções de apoio em concreto.



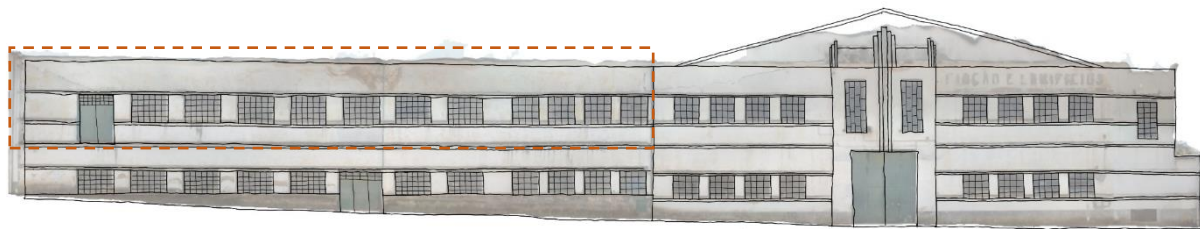
Figura 6 Vista externa da secção da fábrica com característica cobertura do tipo “shed”. Fonte: registro da autora (2023)



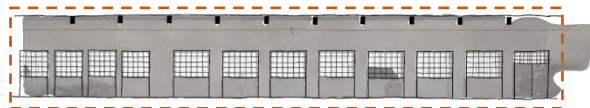
Figura 7 Vista interna do amplo espaço da mesma secção e maquinário. Fonte: registro da autora (2023)

Ao fundo da propriedade, encontra-se o edifício de 1948, também em concreto armado, cuja fachada exhibe as inscrições “fiação e lanifícios”. Atualmente, a cobertura do edifício é metálica com duas águas simétricas. A fachada, também simétrica no corpo central, é ornamentada com frisos decorativos horizontais e aberturas dispostas de forma ritmada.

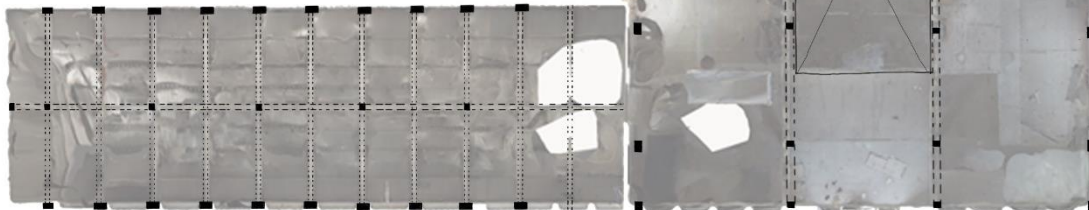
Segundo relatos de Luiz Carvalho, a inscrição original presente na fachada do edifício era “Carvalho’s fiação e lanifícios”, com letras em vermelho. No entanto, recentemente, foram pintadas de modo fortuito. Além disso, segundo o proprietário, a cobertura era em madeira e foi substituída pela que existe atualmente.



A. FACHADA PRINCIPAL



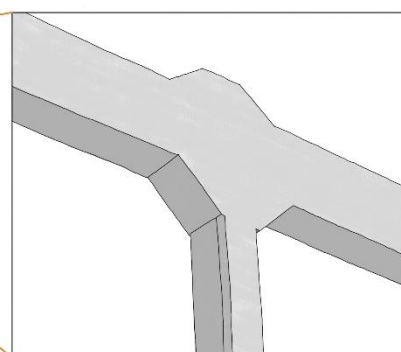
B. VISTA INTERNA



C. PLANTA DO PRIMEIRO PAVIMENTO



D. PERSPECTIVA AÉREA OBTIDA ATRAVÉS DE FOTOGRAMETRIA



F. DETALHE DA LIGAÇÃO PILAR-VIGA

Figura 8 Estudos iniciais do edifício de 1948

A secção do edifício marcada pelo frontão é, internamente, organizada em dois pavimentos com um grande vão central com pé direito duplo e dimensão 16 por 8 metros, atualmente sem guarda-corpo. Os pilares de geometria característica e arestas chanfradas, seguem um padrão rítmico rigoroso ao longo do corpo do edifício. A partir desse espaço, é possível acessar o corpo longo do edifício, que pode ser observado na fachada.

Estima-se que a propriedade possua 1,47 hectare. Atualmente, aproximadamente 43,2% do terreno é ocupado por antigas unidades fabris (7.520 m²) e 4,7% por unidades residenciais em uso (690 m²). As diferenças construtivas bem como a composição dos edifícios evidenciam os diferentes períodos de construção ainda que provavelmente todos do século XX, sobretudo dos anos 40, 50 e 60, exceto por algumas intervenções pontuais recentes a serem investigadas.

5.3.História da Fábrica

A história da "Fábrica de Alcatifas da Lousã" é muito mais complexa do que inicialmente reconhecida. Por trás desse nome, pelo qual é conhecida atualmente, existem várias fábricas em diversas localidades e uma ampla gama de produtos fabricados ao longo da trajetória do empreendimento. Essa revelação foi possível graças às informações compartilhadas oralmente por Luiz Carvalho, sócio proprietário, e Virgílio, um ex-funcionário que esteve intimamente envolvido no processo produtivo durante várias décadas, assim como seu pai.



Figura 9 Virgílio demonstrando o acabamento manual dos tapetes (2023)



Figura 10 Luiz Carvalho apresentando os espaços e as suas histórias. Fonte: registros da autora (2023)

A Fábrica de Alcatifas da Lousã foi fundada por Manuel Carvalho, em 1960. Natural de Castanheira do Pêra, onde nasceu em 1900, mudou-se para Lisboa onde começou a trabalhar, aos 11 anos de idade, como marçano. Aos 20 anos, regressa ao Coentral, na Serra, para se

dedicar ao comércio de lãs, ao lado de seu tio, que possuía uma pequena produção de meias na aldeia. A produção era manual, realizada por meio de manivelas e o transporte feito por burros até Lisboa.

O negócio das meias teve continuidade na Lousã, ainda ao lado de seu tio. Foi nesta altura que Manuel conheceu uma viúva abastada com quem se casou. Com seu apoio financeiro, decidiu iniciar seu próprio empreendimento no ramo das meias. Em 1928, estabeleceu-se na Lousã e comprou um terreno na Rua Sacadura Cabral, em frente à Câmara Municipal. Além de utilizá-la como residência própria, instalou, no embasamento do edifício, uma unidade artesanal de tapeçaria.



Figura 11 Primeira propriedade de Manuel Carvalho e sua esposa (residência e loja) na Lousã. Fonte: registro da autora

Conforme adquiria experiência, Manuel Carvalho aprimorava seus métodos. A partir de 1945, montou uma fiação própria e iniciou a produção dos fios necessários para a fabricação das meias, dominando mais uma etapa crucial do processo da manufatura. Em seguida, ao capacitar a fábrica de uma tinturaria, expandiu ainda mais o negócio, passando a produzir carpetes.

Nos anos 60, a aquisição da primeira máquina de produção de alcatifas marcou o início do empreendimento que ao longo do tempo se destacaria com as marcas de maior notoriedade - ROBILON e UNIVERSAL. Mais tarde a empresa optou por adotar a designação “Alcatifas da Lousã”, projetando assim o nome da vila.



Figura 12 Publicação do Jornal de 9 junho de 1968. Fonte: Hemeroteca Digital - Diário Popular, 1968

Figura 13 Propaganda da Robilon, 1967. Fonte: Janela para o passado, 2019

O sucesso de vendas foi tanto que a empresa passou a se dedicar exclusivamente a este segmento. Assim foram interrompidas as produções dos carpetes e meias. A fim de potencializar o lucro, além do próprio fio, o empreendedor passou a dominar o processo de fabricação da matéria-prima com o objetivo de as produzir: a fibra.

Para a produção da fibra sintética, optou-se pelo uso de polipropileno. Comprava-se o polímero e, a partir deste, fazia-se a fibra para, em seguida, fabricar o fio e, por fim, as alcatifas sintéticas. Dominar as diferentes etapas do processo foi de extrema importância visto o aumento exponencial do consumo de fios para produzir alcatifas em comparação com a inicial produção inicial de meias. Apenas a etapa final, da distribuição, passou a ser terceirizada.



Figura 14 Fiação, sem data. Fonte: Arquivos da Fábrica

Figura 15 Polipropileno utilizado como matéria-prima para fabricação de alcatifas. Fonte: registro da autora

Aos desafios enfrentados pelo empreendedor, soma-se a escassa mão de obra com conhecimentos técnicos voltados à indústria têxtil na região da Lousã, justamente por não ser uma tradição na região. Se por um lado dominavam as vendas no local, a falta de uma base estabelecida de trabalhadores com experiência nesse setor leva a necessidade da implementação de programas de capacitação para suprir essa lacuna.

Os primeiros clientes ocupavam sobretudo a classe média alta. Com o aumento generalizado dos salários em 25 de abril de 1974, a demanda por alcatifas aumentou e alcançou classes média e baixa. Ainda assim, os consumidores finais não eram os principais clientes. Os maiores compradores eram lojistas que buscavam revender os produtos.

Somado a ampliação do mercado consumidor e, conseqüentemente, dos empreendedores interessados em investir no ramo, a produção da indústria têxtil foi revolucionada a partir da implementação do sistema *Tufting*. Implementada nos Estados Unidos na década de 1930, o sistema consistia em uma máquina capaz de produzir tapetes e carpetes de forma mais rápida e eficiente do que os métodos de tecelagem tradicionais, permitindo a produção em massa desses produtos com uma variedade de estilos e padrões.

A facilidade de implementação do negócio levou a um aumento significativo da concorrência. A introdução das fibras sintéticas, sobretudo o nylon – primeira fibra poliamida produzida em 1935, nos Estados Unidos -, possibilitou a diminuição dos preços das alcatifas e popularizou ainda mais seu uso. No entanto, a maior disponibilidade e competitividade também resultaram em uma queda proporcional na qualidade das fibras utilizadas na fabricação desses produtos.

Como grande empreendedor, Manuel não se limitou à fábrica. Além da produção de alcatifas, diversificou seus investimentos e fontes de renda através do aluguel de residências construídas em seus próprios terrenos. Inicialmente, as unidades habitacionais construídas no quarteirão da fábrica não tinham relação direta com a atividade fabril. Ou seja, essas residências não eram destinadas aos funcionários. No entanto, ao longo do tempo, alguns dos ex-funcionários da fábrica de alcatifas acabaram se tornando inquilinos dessas propriedades.

No final da década de 1960 e durante os anos 70, a Fábrica das Alcatifas da Lousã alcançou uma dimensão no mercado nacional que nenhuma outra empresa do setor têxtil conseguiu nesse período. A indústria de capital intensivo contava, na época, com 280 funcionários. Em 18 dezembro de 1970, aos 70 anos de idade, Manuel Carvalho veio a falecer, deixando todo um sólido legado para seus herdeiros.



Figura 16: Vista aérea do complexo da Fábrica da Lousã, 1970. Fonte: Arquivos da Fábrica

A fábrica, felizmente, continuou a prosperar sob coordenação de Luiz Carvalho, Carlos Carvalho e António Carvalho Pinheiro (que atualmente não compõem a sociedade), atingindo o auge de vendas no ano de 1978. Durante esse período, a empresa expandiu-se internacionalmente, com a bem sucedida instalação de fábricas em Angola e Moçambique. A tentativa de implementar um projeto em Salamanca não teve, entretanto, o mesmo sucesso devido ao baixo consumo de alcatifas pelos espanhóis.

O ano de 1981 marcou o início de um período desafiador para a indústria de alcatifas em Portugal. As tendências de design começavam a se alterar, passando a favorecer outros tipos de revestimentos para pisos. Nesse ano, as vendas de alcatifas começaram a apresentar sinais de declínio, e essa tendência se manteve nos anos subsequentes, com sucessivas quedas médias de aproximadamente 20% ao ano.

Em junho de 2006, a fábrica de alcatifas encerrou definitivamente suas operações. Apesar do prejuízo de centenas de milhares de euros nos últimos anos, a empresa foi desativada sem dívidas ao fisco, à Segurança Social, aos operários e aos fornecedores. Ainda assim, associada à empresa Carvalho Lda. funcionam as firmas Manuel Carvalho Lda. – no ramo de gestão de imóveis -; a Barata & Pinheiro Lda. – no ramo de produção de fibras -; e a Sociedade Têxtil Manuel Carvalho, em São Romão, Seia – no ramo de tecidos e cobertores -, que recentemente encerrou as atividades.

A fábrica em São Romão, por sua vez, possui uma história peculiar. Essa unidade foi adquirida devido à dificuldade em obter o alvará necessário para montar o segmento no ramo de tecidos e cobertores na Lousã. Optou-se então por adquirir uma fábrica desativada em São Romão, que

já possuía a autorização desejada. Essa ação estratégica permitiu contornar os obstáculos burocráticos e ainda investir numa região que já possuía o lanifício como tradição.

Ali, o produto principal era o tecido de caraculo, utilizado sobretudo como forros de casacos. A técnica utilizada era a mesma utilizada nas alcatifas. Com os fios excedentes da produção deste produto principal faziam-se mantas – de outra tipologia - de diversas cores. Contudo, como não havia autorização para venda, não eram finalizados com etiqueta. Atualmente ainda há estoque deste produto da reciclagem.

A capacidade de unir o reaproveitamento com o desenvolvimento econômico é notável no empreendimento. Uma linha paralela de produção de mantas utilizava como matéria-prima camisolas descartadas. Para isso, havia uma secção da fábrica dedicada ao tratamento desses resíduos têxteis, que envolvia a triagem, remoção de acessórios, como botões, e o recorte para, finalmente, produzir inúmeras bobinas de fios destinadas à fabricação do caraculo e, com o remanescente das bobinas, à fabricação das mantas.



Figura 17 Catálogo de cores dos feltros produzidos em São Romão. Fonte: registro da autora (2023)



Figura 18 Mantas produzidas a partir de restos de fio das bobinas do caraculo. Fonte: registro da autora (2023)

Atualmente, os edifícios que constituíam as antigas unidades produtoras da Lousã encontram-se majoritariamente desocupados. Há um salão alugado para armazém e outra utilizada por um mecânico de automóveis. Embora redes de hipermercados tenham demonstrado interesse em adquirir os imóveis, ainda não há consenso entre os sócios em relação à venda.

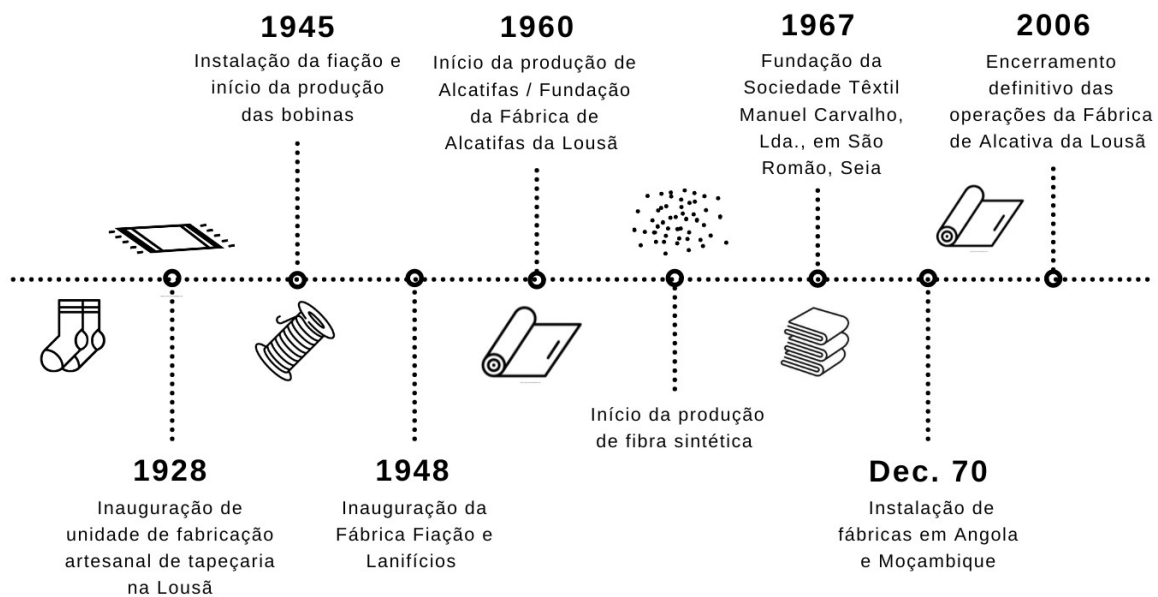


Figura 19 Cronograma provisório das principais etapas do empreendimento

6. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Este trabalho contemplará autores/publicações que abordam três temas principais:

1. História e evolução da concepção acerca dos valores da arquitetura industrial no mundo e em Portugal;
2. Valores patrimoniais da arqueologia industrial;
3. Técnicas de conservação, gestão e manutenção de edifícios.

A fim de compreender a evolução da concepção em torno da investigação e valorização dos remanescentes do período industrial, é fundamental abordar os documentos patrimoniais emitidos pelas importantes organizações que orientam as intervenções neste património específico, isto é, ICOMOS, UNESCO, CoE, e em particular o The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). Dentre esses documentos, destacam-se a Carta de Nizhny Tagil (TICCIH, 2003); Princípios de Dublin Para a Conservação de Património Industrial, Estruturas, Áreas e Paisagens (ICOMOS, 2011); e Projecto de Recomendação sobre a Protecção e Conservação do Património Industrial na Europa (CoE, 1990).

Além disso, foram seleccionados autores com conhecimentos notórios e essenciais na abordagem do património industrial, sobretudo português. São eles:

- a) Deolinda Folgado, fundadora da APAI (Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial) e investigadora no IHC (Instituto de História Contemporânea) nas áreas de Patrimônio industrial, Arquitetura industrial, Urbanismo associado à indústria e Patrimônio cultural. Serão selecionados e abordados trabalhos e publicações de sua autoria ou participação, como:
- Kit 03-Patrimônio Industrial, Coleção digital Kits-Patrimônio - trabalho conjunto entre o IHRU e o IGESPAR (2010);
 - Capítulo “Patrimônio Industrial. Que memória?” do livro “Conservar para quê?”, de coordenação de Vítor Oliveira Jorge (2004);
 - Carta de salvaguarda do patrimônio industrial da Covilhã (2001-2002);
 - Guia do Patrimônio Industrial, em coautoria com Jorge Custódio (1999);
 - Textos produzidos para a obra DOCOMOMO Ibérico sobre Arquitetura Industrial (1920-1965). Destaque ao “O Lugar da indústria no território”.
- b) Jorge Custódio, fundador da APAI e investigador integrado no IHC. Assim como Deolinda Folgado, atua na defesa do patrimônio como investigador e de ativista associativo. Autor de vários trabalhos sobre história, patrimônio e arqueologia industrial. Serão selecionados e abordados trabalhos e publicações de sua autoria ou participação, como:
- Livro “100 Anos de Patrimônio: Memória e Identidade” (2010);
 - Publicação “Políticas públicas para a salvaguarda e conservação do Patrimônio Industrial” na Revista Fórum do Patrimônio (2017);
 - Museologia e Arqueologia Industrial, editado pela Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (1991).
- c) José Amado Mendes, historiador e investigador nas áreas de História Económica e Social, Historiografia, História Empresarial, Museologia e Patrimônio Cultural. Serão selecionados e abordados trabalhos e publicações de sua autoria ou participação, como:
- Publicação “Novas metodologias em História Económica: a Arqueologia Industrial”, da Revista Portuguesa de História (1995);

- Publicação “A arqueologia industrial: uma nova vertente de conservação do Património cultural”, da Revista Portuguesa de História (1991);
- O património industrial na museologia contemporânea: o caso português, da Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior (2014).

7. NOTA FINAL

A Fábrica de Alcatifas da Lousã representa um legado de grande importância no contexto da memória industrial em Portugal, quer pela sua dimensão, quer pela importância social e económica que teve, quer ainda pela sua localização e impacto urbano.

A evolução da produção e a capacidade de adaptações sucessivas a novas tendências marcaram também este edificado e representam uma marca dinâmica que não se pode deixar de considerar ao pensar em futuras utilizações de alguns dos espaços.

Considera-se que ao investigar sobre a história desta fábrica e o seu registo podem ser de grande importância para que o futuro deste período seja pensado de forma a conciliar a preservação da memória com a sua sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUCHANAN, R. A. (1972). *Industrial Archaeology in Britain*. Harmondsworth: Penguin Books.

Câmara Municipal da Lousã. (2016). *Plano de Ação de Regeneração Urbana*. Lousã: Câmara Municipal da Lousã.

Folgado, D. (2004). 'A memória ao negro' ou a salvaguarda como reduto da memória. Em *Estudos do Património*, nº6 (pp. 20 - 32). Lisboa: IPPAR.

Lei n.º 13/85, de 6 de Julho do Património Cultural Português, 1985. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/13-1985-182874>. Acesso em: 04/04/2023.

Hemeroteca Digital - Diário Popular. (1968, 9 de junho). Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/CasamentosdeSantoAntonio/1968/1968_item1/P12.html. Acesso em: 02/07/2023.

Hemeroteca Digital - Diário Popular. (1968, 9 de junho). Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/CasamentosdeSantoAntonio/1968/1968_item1/P12.html. Acesso em: 02/07/2023.

M. Amado Mendes, J. (1995). *Novas Metodologias em História Económica: A Arqueologia Industrial*. *Revista Portuguesa de História*.

The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. *Carta de Nizhny Tagil para o Património Industrial*. Disponível em: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 04/04/2023.

ANEXO A

(Catálogo de imagens)

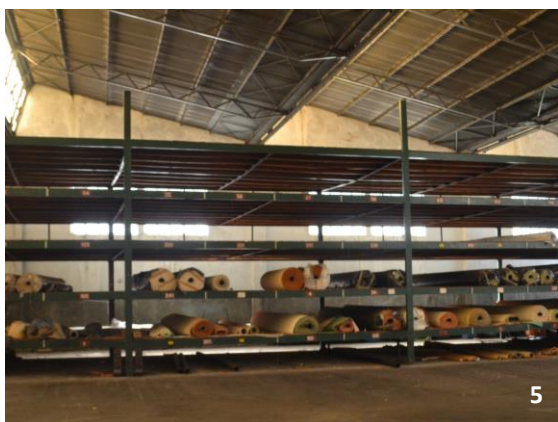
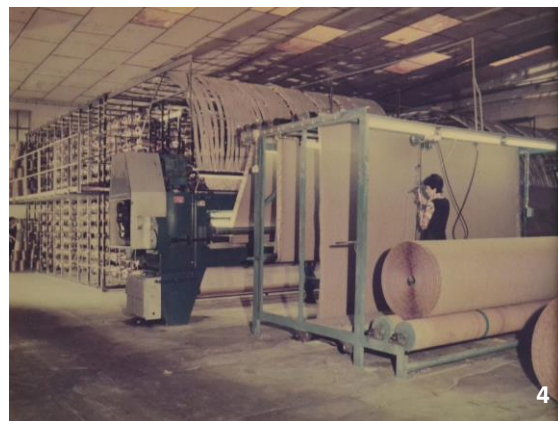


Figura 1 Vista da rua interna ao complexo

Figura 2 Inscrição “Fiação e Lanifícios” na fachada do edifício de 1948, recentemente danificada com sobreposição de pintura

Figura 3 Maquinário para corte da alcatifa conforme a dimensão encomendada. Também utilizado como base para inspeção de qualidade do produto final. Manuseada por apenas um trabalhador.

Figura 4 Maquinário manuseado por uma única funcionária. Fonte: Arquivo da Fábrica

Figura 5 Estantes onde ficavam os estoques de alcatifa

Figura 6 Rolo de alcatifa



Figura 7 Espaço interno da fábrica e caminhão utilizado para transporte de mercadorias

Figura 8 Suporte utilizado para transportar objetos entre ambientes da fábrica

Figura 9 Bobinas de linha utilizadas para a produção dos tapetes, alcatifas e caraculos

Figura 10 Etiquetas utilizadas nos produtos da Carvalho Lda.

Figura 11 Manta geotêxtil sendo aplicada em obra. Exemplo de produto fabricado. Fonte: Arquivo da Fábrica

Figura 12 Molde em madeira para confecção de meias. Exemplo de produto fabricado.



ANEXO B

(Estrutura provisória de desenvolvimento do trabalho)

